CORREIO DO SERVIDOR

POR
ANDRE SOUZA

Marcelo Camargo/Agência Brasil

30% das vagas para pretos,pardos,indígenas e quilombolas

Comitê federal para garantir cotas no serviço público

O governo federal criou um comitê para acompanhar a implementação das cotas raciais no serviço público federal. O grupo será responsável por monitorar o cumprimento da Lei nº 15.142/2025, que ampliou para 30% a reserva de vagas em concursos para pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas. Coordenado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o colegiado reúne também representantes dos ministérios da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas. Entre as atribuições estão avaliar resultados, acompanhar a verificação das autodeclarações e propor ajustes para garantir efetividade, transparência e uniformidade na aplicação da política. Relatórios periódicos serão divulgados.

Folga no aniversário para servidores

Projeto em tramitação na Assembleia Legislativa da Bahia propõe conceder folga remunerada aos servidores públicos estaduais no dia do aniversário. Pela proposta, caso a data coincida com fim de semana, feriado ou ponto facultativo, o descanso poderá ser usufruído no primeiro dia útil seguinte. A medida ainda será analisada pelas comissões antes de seguir para votação em plenário. A Bahia tem mais de 170 mil servidores na ativa.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Justiça obriga União a pagar R$ 150mil por fala de Guedes

Chamou servidores de "parasitas"

A Justiça Federal condenou o ex-ministro da Economia Paulo Guedes e determinou que a União pague R$ 150 mil por danos morais coletivos após declarações consideradas ofensivas a servidores públicos, quando os chamou de "parasitas". A decisão foi proferida pelo juiz Diego Câmara, da 17ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, em ação movida pela Confederação Brasileira dos Policiais Civis (Cobrapol). Para o magistrado, as falas ultrapassaram o limite da crítica administrativa e atingiram a honra coletiva da categoria, gerando dano aos servidores.

Fiocruz regulamenta RRA a servidores

O Governo Federal publicou decreto que regulamenta o Reconhecimento de Resultados e Aprendizagem (RRA) para servidores de nível superior nas carreiras de desenvolvimento tecnológico e gestão em saúde pública da Fiocruz. O RRA é um benefício de valorização profissional concedido via requerimento, com pontuação em áreas como capacitação, gestão, inovação, ensino e produção.

Recadastramento

O recadastramento anual obrigatório dos servidores estaduais de São Paulo será retomado em 2026. O procedimento é feito digitalmente no SOU.SP.GOV.BR e vinculado ao mês de aniversário do servidor. O objetivo é atualizar dados funcionais e garantir regularidade administrativa e de pagamentos.

Recadastro em SP

O recadastramento começa em 1º de abril, e quem não cumprir o prazo pode ter o pagamento bloqueado até regularizar a situação. Servidores com aniversário entre janeiro e março farão o procedimento apenas em 2027.A obrigação é para servidores públicos estaduais ativos e não inclui aposentados.

Reajuste Tocantins

O governador do Tocantins enviou à Assembleia Legislativa propostas que tratam da revisão salarial anual, atualização de auxílios e reestruturação de benefícios para servidores estaduais. As medidas incluem ampliação do auxílio-alimentação, reajuste de indenizações e recomposição de 3,9% nos vencimentos.

Segunda parcela

A segunda parcela do reajuste salarial dos servidores federais será aplicada na folha de pagamentos de abril, com pagamento efetivo em maio. O percentual varia conforme carreira e cargo e alcança todas as categorias. Também será pago o novo valor do auxílio-alimentação. Outras correções entram em maio. Não haverá valores retroativos.

Reajuste em Minas

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou o projeto do governador Romeu Zema sobre reajuste salarial de 5,4% para servidores públicos estaduais. O índice será aplicado de forma linear a civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional, com efeitos retroativos a janeiro de 2026.

Reajuste no Sergipe

O Governo de Sergipe encaminhou à Assembleia Legislativa projetos de lei que preveem reajustes salariais entre 4,26% e 7% para cerca de 66 mil servidores ativos e inativos. As propostas contemplam diversas carreiras do funcionalismo e integram a política estadual de valorização profissional.

Divulgação UFG

Hospital da Universidade Federal de Goiás é afetado pela greve

Trabalhadores de Hospitais Universitários em greve

Profissionais de 45 hospitais federais cobram reajuste

Andre Souza

Trabalhadores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) deflagraram uma greve nacional, envolvendo unidades de hospitais universitários em ao menos oito estados: Goiás, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Piauí, Paraná, Bahia e Tocantins. A mobilização é coordenada por sindicatos filiadas à Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) e busca pressionar o governo federal por avanços nas negociações trabalhistas e condições de trabalho nos hospitais geridos pela Ebserh.

Segundo os representantes sindicais, a paralisação é resultado de anos de reivindicações não atendidas, incluindo a reposição salarial de acordo com a inflação, melhorias nas cláusulas sociais do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e a reestruturação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). Para os trabalhadores, a defasagem salarial e a falta de avanços nos direitos compromete a qualidade do atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nas unidades federais.

Nos hospitais que entram em greve, a categoria está mantendo o mínimo legal de 30% do efetivo, garantindo o atendimento das atividades essenciais e urgentes à população, como emergências e procedimentos críticos. Essa medida segue a legislação sobre serviços essenciais, equilibrando a pressão sobre a empresa com a proteção à saúde dos pacientes.

A mobilização nacional acontece em meio a negociações dos trabalhadores com a Ebserh, que apresentou uma proposta de reajuste de apenas 1,4%, considerada insuficiente frente à inflação e às perdas acumuladas ao longo dos últimos anos. A categoria reivindica a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado, somado a um ganho real de 15%, para recompor o poder de compra dos servidores. A divergência entre as propostas tem sido apontada como a principal motivação para a greve.Representantes sindicais afirmam que as negociações mediadas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) ainda não avançaram de forma satisfatória, motivando a ampliação da mobilização para várias unidades pelo país.

45 hospitais

A Ebserh administra 45 hospitais universitários federais no país. Dados mais recentes divulgados pelo Governo Federal mostram que há 67.892 trabalhadores atuando nas unidades , incluindo empregados contratados pelo regime CLT e outros vínculos . Milhões de pessoas são atendidas anualmente nesses hospitais pelo Sistema Único de Saúde (SUS).